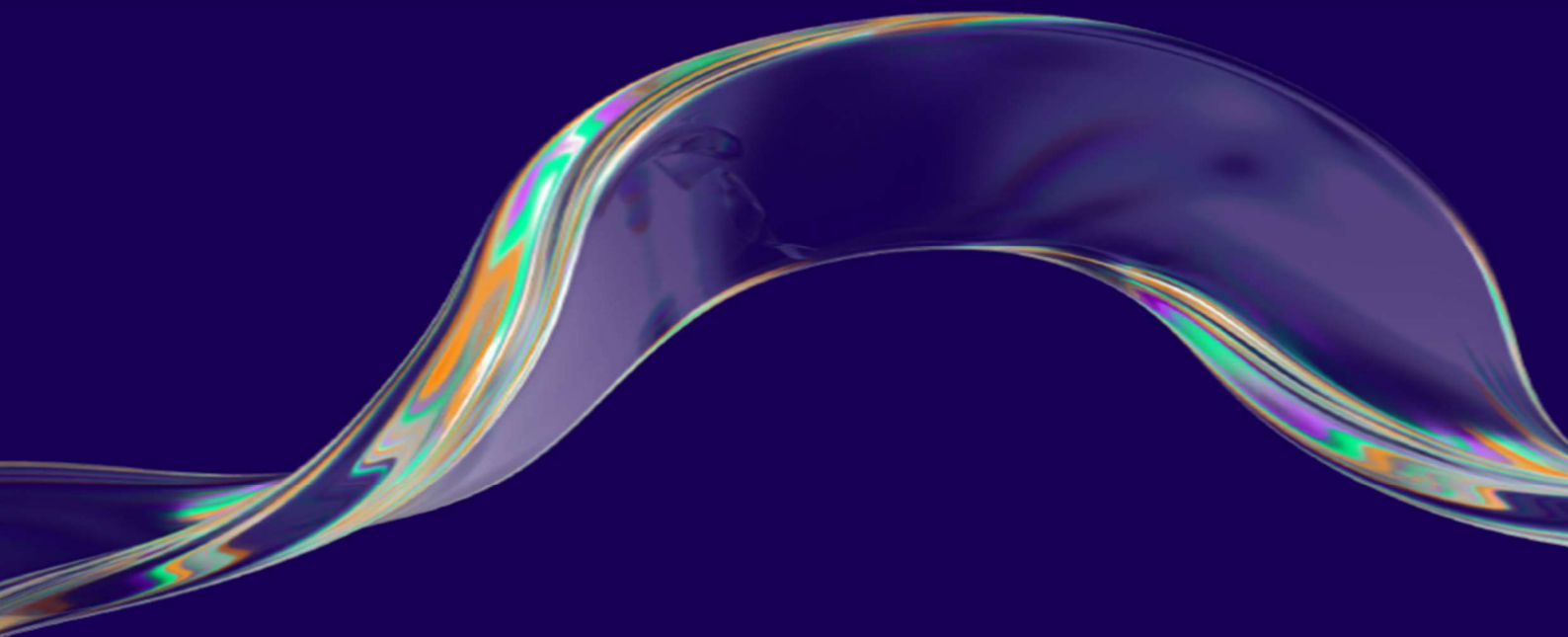


Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
e relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial.....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	11
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	13
5	Receita	13
6	Custos e despesas.....	15
7	Resultado financeiro líquido	15
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva	15
9	Contas a receber de clientes.....	16
10	Imobilizado	17
11	Financiamentos	20
12	Fornecedores	21
13	Provisão para litígios.....	22
14	Obrigaões com desmobilização de ativos.....	22
15	Partes relacionadas.....	24
16	Patrimônio líquido.....	25
17	Imposto de renda e contribuição social.....	25
18	Instrumentos financeiros	26
19	Seguros.....	31

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5	33.831	36.193
Custo com energia elétrica	6	(6.582)	(3.592)
Custo com operação	6	(15.859)	(15.942)
Lucro bruto		11.390	16.659
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(4.571)	(1.854)
Outras despesas operacionais		(1)	(2)
		(4.572)	(1.856)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.818	14.803
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		2.022	1.635
Despesas financeiras		(19.891)	(19.644)
		(17.869)	(18.009)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.051)	(3.206)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(1.752)	(1.696)
Prejuízo do exercício		(12.803)	(4.902)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(12.803)	(4.902)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(12.803)	(4.902)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.051)	(3.206)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	11 (c)	19.219	18.995
Depreciação e amortização	6	12.417	12.601
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	201	199
Juros sobre fundo de liquidez - conta reserva		(577)	(666)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	13	330	299
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		1	1
		<u>20.540</u>	<u>28.223</u>
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(549)	(1.122)
Tributos a recuperar		81	(74)
Demais créditos e outros ativos		20	(12)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		78	(5.235)
Tributos a recolher		(407)	(111)
Partes relacionadas		2.158	(1.288)
Demais obrigações e outros passivos		(169)	116
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>21.752</u>	<u>20.497</u>
Juros pagos sobre financiamentos	11 (c)	(9.347)	(8.538)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.409)	(1.517)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>10.996</u>	<u>10.442</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) sobre conta reserva		227	(361)
Aquisição de imobilizado		-	(13)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>227</u>	<u>(374)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	11 (c)	(10.064)	(8.864)
Liquidação de arrendamentos		(10)	(3)
Aumento de capital		-	5.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(10.074)</u>	<u>(3.867)</u>
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>1.149</u>	<u>6.201</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>13.488</u>	<u>7.287</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>14.637</u>	<u>13.488</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	14.637	13.488
Contas a receber de clientes	9	3.026	2.477
Tributos a recuperar		63	144
Outros ativos		429	449
		<u>18.155</u>	<u>16.558</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	6.048	5.698
		<u>6.048</u>	<u>5.698</u>
Imobilizado			
Intangível	10	231.791	247.129
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		8	11
		5	14
		<u>231.804</u>	<u>247.154</u>
Total do ativo		<u>256.007</u>	<u>269.410</u>
	Nota	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	11	10.455	9.945
Fornecedores	12	1.272	4.127
Arrendamentos		6	8
Tributos a recolher		431	495
Partes relacionadas	15	2.204	46
Outros passivos		793	962
		<u>15.161</u>	<u>15.583</u>
Não circulante			
Financiamentos	11	194.148	194.650
Arrendamentos		-	6
Partes relacionadas		998	998
Obrigações com desmobilização de ativos	14	3.592	3.262
		<u>198.738</u>	<u>198.916</u>
Total do passivo		<u>213.899</u>	<u>214.499</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	67.624	67.624
Prejuízos acumulados		(25.516)	(12.713)
Total do patrimônio líquido		<u>42.108</u>	<u>54.911</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>256.007</u>	<u>269.410</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2023	62.624	(7.811)	54.813
Prejuízo do exercício	-	(4.902)	(4.902)
Total resultado abrangente do exercício	-	(4.902)	(4.902)
Retenção de lucro	5.000	-	5.000
Contribuições e distribuições aos acionistas	5.000	-	5.000
Em 31 de dezembro de 2023	67.624	(12.713)	54.911
Em 1º de janeiro de 2024	67.624	(12.713)	54.911
Prejuízo do exercício	-	(12.803)	(12.803)
Total resultado abrangente do exercício	-	(12.803)	(12.803)
Em 31 de dezembro de 2024	67.624	(25.516)	42.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada com sede na cidade de Araripina, estado de Pernambuco, que foi constituída em 14 de abril de 2015.

A companhia tem como objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tanto; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos de energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A ("Ventos de Santo Anselmo") e da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de autorização de 35 anos contados a partir de novembro de 2020, conforme resolução autorizativa ANEEL nº 9.431. A companhia possui capacidade instalada de 46,2 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí II.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(c) **Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.3 Operação em conjunto (joint operation) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 23,91% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III ("Consórcio"), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu a nova norma, IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Imobilizado
13	Provisão para litígios
14	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação;

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Partes relacionadas: representados por contas a receber entre partes relacionadas comercializados em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	15	34.867	37.378
Energia de curto prazo – CCEE		485	416
		<u>35.352</u>	<u>37.794</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.291)	(1.380)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(230)	(221)
		<u>(1.521)</u>	<u>(1.601)</u>
Receita líquida		<u>33.831</u>	<u>36.193</u>

6 Custos e despesas

	2024		2023			
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(3.162)	-	-	-	(3.162)	(390)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.420)	-	-	-	(3.420)	(3.202)
Depreciação e amortização	-	(11.727)	(690)	-	(12.417)	(12.601)
Pessoal	-	(100)	(2.088)	-	(2.188)	-
Pessoal (i)	-	(100)	(2.088)	-	(2.188)	-
Materiais	-	(4)	(39)	-	(43)	(70)
Materiais	-	(4)	(39)	-	(43)	(70)
Serviços	-	(3.425)	(919)	-	(4.344)	(3.536)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(2.914)	-	-	(2.914)	(2.655)
Serviços de terceiros	-	(403)	(470)	-	(873)	(591)
Serviços de manutenção	-	(108)	(449)	-	(557)	(290)
Outros custos e despesas líquidas	-	(603)	(835)	(1)	(1.439)	(1.591)
Aluguéis e arrendamentos	-	(556)	(88)	-	(644)	(551)
Seguros	-	-	(731)	-	(731)	(837)
Impostos, taxas e contribuições	-	(38)	(7)	-	(45)	(117)
Outros custos e despesas líquidas	-	(9)	(9)	(1)	(19)	(86)
	(6.582)	(15.859)	(4.571)	(1)	(27.013)	(21.390)

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa conta reserva		2.022	1.630
Outras receitas financeiras		-	5
		2.022	1.635
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	11 (c)	(9.367)	(8.450)
Atualização monetária sobre financiamentos	11 (c)	(9.852)	(10.545)
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	(201)	(199)
Despesas de captação de financiamentos		-	(71)
Ajuste a valor presente sobre desmobilização de ativos	14 (a)	(330)	(299)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(1)	(1)
Outras despesas financeiras		(140)	(79)
		(19.891)	(19.644)
		(17.869)	(18.009)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa possuem taxa média de remuneração entre 99,46% e 101% do CDI (98% e 102,50% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	131	153
	131	153
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (a)	9.889	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	4.617	13.335
	14.506	13.335
Caixa e equivalentes de caixa	14.637	13.488
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	6.048	5.698
	6.048	5.698
	20.685	19.186

(i) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(a) Quotas de investimento

	2024
Quotas de fundos de investimento	
Operações Compromissadas – Títulos públicos	8.778
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.111
	9.889

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim, o Fundo Odessa. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,46% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Rating local	
	2024	2023
AAA	20.685	19.186
	20.685	19.186

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”).

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Partes relacionadas (Nota 15)	2.948	2.142
Energia de curto prazo - CCEE	78	335
	3.026	2.477

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	3.010	2.477
Vencidos até 3 meses	16	-
	3.026	2.477

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 14).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício									
Custo	224.319	33.238	1.012	2.893	92	-	3.295	264.849	263.526
Depreciação acumulada	(15.560)	(1.990)	(53)	(109)	(8)	-	-	(17.720)	(5.123)
Saldo líquido no início do exercício	<u>208.759</u>	<u>31.248</u>	<u>959</u>	<u>2.784</u>	<u>84</u>	<u>-</u>	<u>3.295</u>	<u>247.129</u>	<u>258.403</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	1.321
Baixa	-	-	-	-	-	-	(2.933)	(2.933)	-
Depreciação	(10.952)	(1.324)	(34)	(88)	(7)	-	-	(12.405)	(12.595)
Transferências		52	-	-	18	2	(72)	-	-
Saldo no final do exercício	<u>197.807</u>	<u>29.976</u>	<u>925</u>	<u>2.696</u>	<u>95</u>	<u>2</u>	<u>290</u>	<u>231.791</u>	<u>247.129</u>
Custo	224.319	33.290	1.012	2.893	110	2	290	261.916	264.847
Depreciação acumulada	(26.512)	(3.314)	(87)	(197)	(15)	-	-	(30.125)	(17.718)
Saldo líquido no final do exercício	<u>197.807</u>	<u>29.976</u>	<u>925</u>	<u>2.696</u>	<u>95</u>	<u>2</u>	<u>290</u>	<u>231.791</u>	<u>247.129</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	14			

11 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

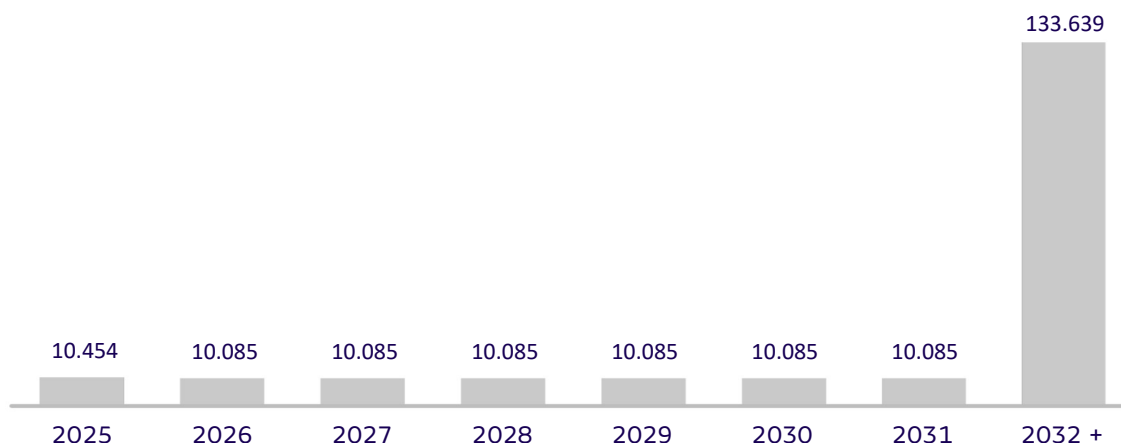
(a) Composição

2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor Justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDES	IPCA + 4,56%	10.286	(200)	369	10.455	198.011	(3.863)	194.148	204.603	109.126
		<u>10.286</u>	<u>(200)</u>	<u>369</u>	<u>10.455</u>	<u>198.011</u>	<u>(3.863)</u>	<u>194.148</u>	<u>204.603</u>	<u>109.126</u>

2023										
Modalidade	Encargos anuais médios	Não circulante				Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total					
BNDES	IPCA + 4,56%	9.813	(201)	332	9.945	198.713	(4.063)	194.650	204.595	139.027
		<u>9.813</u>	<u>(201)</u>	<u>332</u>	<u>9.945</u>	<u>198.713</u>	<u>(4.063)</u>	<u>194.650</u>	<u>204.595</u>	<u>139.027</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Nota	2024	2023
Saldo no início do exercício		204.594	202.803
Provisão de juros	7	9.367	8.450
Atualização monetária	7	9.852	10.544
Apropriação do custo de captação	7	201	199
Juros pagos		(9.347)	(8.538)
Liquidações		(10.064)	(8.864)
Saldo no final do exercício		204.603	204.594

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

12 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de materiais	1.272	4.090
Fornecedores de serviços	-	37
	1.272	4.127

13 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível.

14 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	<u>Desmobilização de ativos</u>	<u>(-) Ajuste a valor presente</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo no início do exercício	70.444	(67.181)	3.262	2.963
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	330	330	299
Saldo no final do exercício	70.444	(66.851)	3.592	3.262
Não circulante	70.444	(66.851)	3.593	3.262
	70.444	(66.851)	3.593	3.262

15 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, principalmente comercialização de energia.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras, serviços e outros	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	308	-	-	-	308	51	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	2.884	630	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio	2.640	2.142	-	-	31.675	36.697	-	-
	<u>2.948</u>	<u>2.142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.867</u>	<u>37.378</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores (Nota 12) - compras e serviços								
Votorantim S.A.	-	-	50	46	-	-	(298)	(185)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1.191)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.489)</u>	<u>(185)</u>
Conta corrente								
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis AS	-	-	998	998	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>998</u>	<u>998</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Repasse de custos partes relacionadas (i)								
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	354	-	-	-	(354)	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	260	-	-	-	(260)	-
Auren Energia S.A.	-	-	1.540	-	-	-	(1.540)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.154</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.154)</u>	<u>-</u>
	<u>2.948</u>	<u>2.142</u>	<u>3.202</u>	<u>1.044</u>	<u>34.867</u>	<u>37.378</u>	<u>(3.643)</u>	<u>(185)</u>

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços com tecnologia.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 67.624, dividido em 201.030.694 ações ordinárias e preferenciais, todas normativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia é composto pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	33.812	100.515.347	-	100.515.347	50%
Auren Energia S.A.	33.812	-	100.515.347	100.515.347	50%
	67.624	100.515.347	100.515.347	201.030.694	100%

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia e, para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 1.752 (R\$ 1.696 em 31 de dezembro de 2023).

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	35.351	35.351	2.022	2.022
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	2.828	4.242	2.022	2.022
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	682	382	506	182

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	38.114	38.114	1.635	1.635
Exclusão ICMS ST - Vendas Incentivadas	(320)	(320)	-	-
	37.794	37.794	1.635	1.635
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	3.024	4.535	1.635	1.635
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	732	408	409	147

18 Instrumentos financeiros

18.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras" exceto pela variação cambial reconhecida como "variações cambiais, líquidas". Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são

retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

	<u>Nota</u>	<u>Nível</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos				
Ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes	9		3.026	2.477
Ao valor justo por meio do resultado (i)				
Equivalentes de caixa	8	1	14.506	13.336
Fundo de liquidez - Conta reserva	8	1	6.048	5.698
			<u>20.554</u>	<u>19.034</u>
			<u>23.580</u>	<u>21.511</u>
Passivos				
Ao custo amortizado				
Financiamentos (ii)	11		204.603	204.595
Fornecedores	12		1.272	4.127
Arrendamentos			6	14
Partes relacionadas	15		3.202	1.044
			<u>209.083</u>	<u>209.780</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 11 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

18.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 5 anos</u>	<u>A partir de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	19.144	36.815	35.029	207.252	298.241
Fornecedores	1.272	-	-	-	1.272
Arrendamentos	6	-	-	-	6
Partes relacionadas	2.204	998	-	-	3.202
	<u>22.626</u>	<u>37.813</u>	<u>35.029</u>	<u>207.252</u>	<u>302.721</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	13.617	35.890	34.033	223.822	307.362
Fornecedores	4.127	-	-	-	4.127
Partes relacionadas	46	998	-	-	1.044
	<u>17.790</u>	<u>36.888</u>	<u>34.033</u>	<u>223.822</u>	<u>312.533</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I – Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II – Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III – Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado					
			Cenário I			Cenários II & III		
			Choque nas curvas de 31/12/2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros BRL - CDI 12,15%	Equivalentes de caixa	20.554	151 bps*	309	(624)	(1.249)	624	1.249
BRL - IPCA 4,83%	Financiamentos (i)	208.666	17 bps*	(355)	2.520	5.039	(2.520)	(5.039)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* basis points

19 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	até agosto/2025

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 702 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 889 em 31 de dezembro de 2023).